



**CÂMARA
MUNICIPAL DE
RIBAS DO RIO PARDO**

PROJETO DE LEI
N.º 50 /2024

PROPOSTA DE PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI QUE DISPOE SOBRE O PAGAMENTO DO MUNICÍPIO AO BENEFICIÁRIO DO INSS, NO DEDORRER DO PLANO DE SAÚDE DOS CONVENIADOS

Art. 1º Fica estabelecido que, nos casos em que o servidor público municipal se afastar temporariamente de suas atividades laborais por motivo de doença ou acidente de trabalho e, após o 15º dia, passar a receber benefício do INSS, o município continuará responsável pela sua contribuição patronal referente ao plano de saúde conveniado (Cassem ou similar).

Art. 2º O servidor afastado por essas razões permanecerá responsável apenas pela sua parte da contribuição ao plano de saúde, sem qualquer acréscimo da parte patronal.

Art. 3º A contribuição patronal será devida integralmente pelo município durante todo o período de afastamento do servidor.

Art. 4º Esta lei visa garantir que os servidores em situação de vulnerabilidade, como doenças ou acidentes de trabalho, não sejam onerados financeiramente com despesas adicionais relativas à saúde, especialmente em um momento de fragilidade.

Art. 5º O município deverá realizar os ajustes necessários para que a parte patronal seja recolhida mesmo durante o afastamento do servidor, de modo a evitar qualquer interrupção no acesso ao plano de saúde.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Milton Gomes Santana, 1 de Outubro de 2024

Edervânia dos Santos Malta
Vereadora - PP



PROPOSTA DE PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE O
PAGAMENTO DO MUNICÍPIO AO BENEFICIÁRIO DO
INSS, NO DEPORER DO PLANO DE SAÚDE DOS
CONVENIADOS

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa estabelecer diretrizes para o pagamento do município aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no âmbito do plano de saúde dos conveniados. A proposta surge da necessidade de garantir acesso a serviços de saúde de qualidade para todos os cidadãos, especialmente aqueles que dependem de benefícios do INSS.

Processo 2024.001.258
Projeto de Lei nº 50 de
01/10/2024